



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997). Entre 2003 e 2006, presidiu o Conselho Fiscal do Itaú. É sócio-diretor da Tendências Consultoria

# A gestão dos riscos climáticos

Catástrofe no RS realçou a importância da utilização de cenários de estresse para calibrar corretamente o capital regulatório mínimo e precificar esse tipo de risco

Por Gustavo Loyola

27/05/2024 05h01 - Atualizado há um dia

A catástrofe climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul é uma triste lembrança sobre a relevância crescente da gestão dos riscos associados ao clima, não apenas no âmbito das instituições de governo, como também nas empresas e nas entidades da sociedade civil.

- **Claudio Angelo: A nova cara do negacionismo climático**

Apesar do negacionismo arraigado de alguns, o conhecimento científico acumulado nas últimas décadas e a dolorosa experiência recente em todo o planeta têm indicado a recorrência cada vez maior de condições climáticas adversas e inesperadas que impactam de maneira sistêmica a atividade humana, com profundas repercussões políticas, sociais e econômicas.

Considerando a importância da intermediação financeira para o crescimento econômico sustentado, para a geração de empregos e para o bem-estar social, particular atenção deve ser dirigida para a atuação dos bancos e das demais instituições do mercado de capitais na prevenção e na mitigação dos riscos ambientais em geral, especialmente aqueles associados a eventos catastróficos associados ao clima.

A discussão sobre os riscos climáticos e o papel das instituições financeiras, inclusive no que tange à responsabilidade dos reguladores e supervisores, tem sido uma constante nos principais foros internacionais, como, por exemplo, no Comitê de Supervisão Bancária da Basileia e na IOSCO. Em linhas gerais, tais discussões giram em torno de dois eixos principais: i) como as instituições do mercado financeiro e de capitais podem atuar na geração de incentivos para reduzir a deterioração ambiental e contribuir para o atingimento das metas contra o aquecimento global; e ii) como gerenciar da maneira mais efetiva o risco associado às mudanças climáticas, inclusive no tange à divulgação e precificação (quando possível) desse tipo de risco.

Tendo em vista a sua dimensão geográfica, a importância de seus biomas, a enorme desigualdade social e a importância econômica da produção de commodities, o Brasil tem que necessariamente ser um dos principais protagonistas das discussões internacionais sobre meio ambiente e riscos climáticos, em todas suas dimensões, e, ao mesmo tempo, estar na vanguarda da adoção das políticas orientadas nesses foros globais.

- **Rogério Studart: Financiando a reconstrução do Rio Grande do Sul**

De fato, no que concerne especificamente ao campo de atuação do Banco Central do Brasil (Bacen), como órgão regulador e supervisor do SFN, há várias ações daquela autoridade no sentido de implantar no país as melhores práticas recomendadas internacionais. Digno de nota nesse sentido foi o seminário recentemente realizado no Rio de Janeiro, e apoiado pelo Bacen, BIS e Febraban, para discussão da agenda regulatória para o sistema financeiro. No evento, discutiu-se temas como as orientações para divulgação de informações financeiras sobre risco climático, o alinhamento da regulação doméstica com iniciativas internacionais, como as do International Sustainability Standards Board (ISSB), o programa do governo federal para transformação ecológica, a autorregulação das instituições brasileiras, bem como as iniciativas do próprio Bacen.

## Brasil tem que ser um dos principais protagonistas das discussões globais sobre meio ambiente e riscos climáticos

Como assinalou na ocasião o diretor Otávio Damaso, responsável pela área regulatória do Bacen, os temas relacionados ao clima estão intimamente ligados à missão básica do Banco Central que é zelar pela manutenção do poder de compra da moeda e pela estabilidade do sistema financeiro. Daí a preocupação da instituição explicitada em diversos normativos editados ao longo da última década, culminando no recente lançamento de consulta pública para discussão de normativo relativo à divulgação pelas instituições financeiras de informações relacionadas a riscos ambientais, sociais e climáticos.

- **Manoel Pires: O desenho fiscal da ajuda federal ao Rio Grande do Sul**

As enchentes do Rio Grande do Sul, ao impactarem severamente a atividade econômica do Estado, estão gerando repercussões importantes sobre os mercados financeiro e de capitais, inclusive tendo levado o Conselho Monetário Nacional (CMN) a adotar medidas com o intuito de mitigar os impactos da tragédia sobre a atividade e o emprego. Quanto à gestão de riscos, o evento realçou a importância da utilização de cenários de estresse com origem em eventos climáticos severos, tanto a nível das instituições financeiras individuais, como também a nível agregado pelo Bacen, para calibrar corretamente o capital regulatório mínimo e também para precificar adequadamente esse tipo de risco. Ademais, tais exercícios são úteis para os reguladores, com vistas a se prepararem para mitigar os riscos sistêmicos provocados na eventualidade da ocorrência de uma catástrofe do gênero.

Porém, é relevante salientar que o mercado financeiro e de capitais é apenas uma das muitas facetas da atividade humana potencialmente afetadas por catástrofes climáticas. Os eventos do RS indicam que a preparação para um evento de tal magnitude estava aquém do ideal em diversos aspectos, muito embora o esforço e a colaboração solidária de agentes públicos e de voluntários de todo país estejam contribuindo para reduzir o impacto humano e social da tragédia.

**Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV, é ex-presidente do Banco Central e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo**